

## **DIREITOS HUMANOS**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos está voltado para a análise do ordenamento normativo brasileiro a partir do estudo da Constituição e seus desdobramentos nas esferas jurídica, política e social. Contempla, assim, reflexões sobre a proteção de direitos fundamentais, o desenvolvimento dos sistemas de controle de constitucionalidade das leis e outras questões pertinentes para a atuação jurídico-profissional em tribunais superiores. Os Direitos Humanos são direitos universais e inalienáveis, inerentes a todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, origem étnica, religião, idioma ou qualquer outra condição. Esses direitos estão fundamentados na dignidade humana e são essenciais para o desenvolvimento pleno dos indivíduos e das sociedades.

#### **OBJETIVO**

Construir com os pós-graduandos uma visão abrangente e atualizada dos principais temas que compõem os Direitos Humanos, com base na experiência dos professores e colegas e no estudo da doutrina de ponta e de decisões mais recentes dos tribunais e instâncias administrativas.

#### **METODOLOGIA**

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>4713</b>	<b>Direito Constitucional Aplicado</b>	<b>45</b>

#### **APRESENTAÇÃO**

O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público. Dedicar-se a interpretar e sistematizar as normas e os princípios fundamentais do Estado. É a ciência positiva das constituições; que se fundamenta na organização e no funcionamento do Estado, tendo por objeto, portanto, a constituição política do Estado, cabendo a ele ainda o estudo sistemático das normas que formam a constituição.

#### **OBJETIVO GERAL**

Conhecer a teoria geral da constituição.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Identificar teoria geral do direito e a administração pública;
- Explicar a administração pública e seus princípios;
- Diferenciar os elementos básicos que constituem a seguridade social.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO; AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS; CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES; REGRAS CONSTITUCIONAIS; O PODER CONSTITUINTE; EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; TEORIA GERAL DO DIREITO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; AS FORMAS DE GOVERNO; OS SISTEMAS DE GOVERNO; REGIMES POLÍTICOS; DIREITO CONSTITUCIONAL; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS PRINCÍPIOS; OS TRÊS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES; A SEPARAÇÃO DOS PODERES; PROCESSO LEGISLATIVO; HIERARQUIA DAS LEIS; FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA; A TRIBUTAÇÃO E O ORÇAMENTO; ESPÉCIES DE TRIBUTOS; LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR; IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS; ATIVIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA, A DEFESA E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO ESTADO; POLÍTICA URBANA A DEFESA DO ESTADO AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS SEGURANÇA PÚBLICA; ELEMENTOS BÁSICOS QUE CONSTITUEM A SEGURIDADE SOCIAL; EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE; COMUNICAÇÃO SOCIAL; FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, INDÍGENAS E IDOSOS.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUNHA, Sergio Sérvula da. O Efeito Vinculante e os Poderes do Juiz. São Paulo: Saraiva, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Poder dos juízes. São Paulo: Saraiva, 1996. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Coleção Saraiva de Legislação, São Paulo, 2009.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

BASTOS, Aurélio Wander. Conflitos Sociais e Limites do Poder Judiciário. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

## **PERIÓDICOS**

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

4718

Direitos Humanos, Ética e Cidadania

45

## **APRESENTAÇÃO**

Conceituação de ética. Conceituação de cidadania em seus diferentes aspectos. Implicações culturais associadas à cidadania e ética. Exigências individuais e sociais da cidadania. Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos. Diferenciação entre ética e moral. Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural.

## **OBJETIVO GERAL**

Saber a Conceituação de cidadania e ética em seus diferentes aspectos.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Caracterizar as Implicações culturais associadas à cidadania e ética;
- Definir os Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos;
- Explicar a Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CIDADANIA  
CIDADANIA DOS ANTIGOS  
CIDADANIA NA GRÉCIA: "... O CORAÇÃO DA INVENÇÃO POLÍTICA"  
CIDADANIA NA IDADE MÉDIA: A DECADÊNCIA DA LIBERDADE  
CIDADANIA: UMA IDEIA MODERNA O (RE) VOLTA DA CIDADANIA: CONTEXTO HISTÓRICO OS ASPECTOS ÉTICOS E MORAIS VINCULADOS À CIDADANIA  
CIDADANIA: UMA PRÁTICA À DERIVA DO MERCADO? ALGUNS ASPECTOS DA CIDADANIA NO BRASIL  
CIDADANIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO A CARA DA CONSTITUIÇÃO A CONSTITUIÇÃO SOBERANIA POPULAR E SUFRÁGIO UNIVERSAL O PLEBISCITO A INICIATIVA POPULAR DISPOSITIVOS EXTRAS DIREITOS HUMANOS E SEU DESENVOLVIMENTO: UM BREVE PANORAMA CONCEITOS DA ÉTICA FILOSOFIA DO AGIR HUMANO  
RELAÇÕES SOCIAIS ATIVIDADE VOLUNTÁRIA ÉTICA E SISTEMA ECONÔMICO ÉTICA E MEIO AMBIENTE  
CÓDIGOS DE ÉTICA A ÉTICA E SUAS RELAÇÕES UNIVERSAIS COM O MUNDO DO TRABALHO PARADIGMAS DA ÉTICA DEVERES PROFISSIONAIS COMPETÊNCIAS ÉTICAS.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

ANGEL, Rodrigo Luno. Ética general. 4. ed. Eunsa Ediciones Universid de Navarra: Editora Casa dos Livros S.A, 2001.

ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. Fundamentos da ética empresarial e econômica. São Paulo: Atlas, 2001  
HERKENHOFF, João Baptista. Direitos Humanos: uma idéia, muitas vozes. 3. ed. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2001.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

AQUINO, J. G. Do cotidiano escolar, ensaios sobre ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

GLOCK, R. S.; GOLDIM, J. R. Ética profissional é compromisso social. v. XLI. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.

GONÇALVES, Maria H. B. & WYSE, Nely. Ética & trabalho. Rio de Janeiro-RJ: Editora Senac Nacional: 1997.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estud. Avançados. p. 11(30):55-65, maio-agosto, 1997.

ZAJDSZNAJDER, L. Ser ético no Brasil. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

## **PERIÓDICOS**

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando e DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. Tempo soc. [online]. 2013, vol.25, n.1

## APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa na Ética profissional.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?  
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS  
A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO  
ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS:  
ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA  
CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA  
A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

## REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30
----	---------------------------------	----

### APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

### OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

### OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

### REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. \_\_\_\_\_. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed,

2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

## PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4706	Direitos Constitucionais e Direitos Fundamentais	45
------	--	----

## APRESENTAÇÃO

Direitos fundamentais: teoria geral e espécies. fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre os direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, tornando-o apto a invocá-los em juízo e fora dele.

## OBJETIVO GERAL

Fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre os direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, tornando-o apto a invocá-los em juízo e fora dele.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar sobre os Direitos fundamentais em espécie;
- Descrever sobre a Proibição da tortura (art. 5.º, iii);
- Identificar as Ações constitucionais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE PROIBIÇÃO DA TORTURA (ART. 5.º, III) LIBERDADE DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO (ART. 5.º, IV E V) AÇÕES CONSTITUCIONAIS HABEAS CORPUS (ART. 5.º, LXVIII) MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5.º, LXIX) HABEAS DATA (ART. 5.º, LXXII)

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE, José Carlos Vieira de. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina, 1987.

ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AVELAR, Mateus Rocha. Manual de Direito Constitucional. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. A nova interpretação constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.

DORNELLES, João Ricardo W. O que são direitos humanos. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOSURDO, Domenico. Marx: A Tradição Liberal e a Construção Histórica do Conceito Universal de Homem. In Educação e Sociedade – Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas: CEDES, 1996, nº. 57.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de nacionalidade: Estudos de Direito Constitucional. 2 ed. São Paulo: Celso Bastos Publicação do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## PERIÓDICOS

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos Fundamentais. 11ª ed. Rev. E aum. – São Paulo: Saraiva, 2009.

76	<b>Metodologia do Ensino Superior</b>	30
----	---------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

## OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

## REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.<sup>a</sup>: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9<sup>a</sup>. ed. Campinas: Papirus, 2008.

## PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

519	Tópicos Especiais e Contemporâneos em Direito Educacional	45
-----	---	----

## APRESENTAÇÃO

Sistema e Plano Nacional De Educação; Desafios (ainda) postos pela Conae e pelo PNE para uma definição acerca do Sistema Nacional de Educação; Conexões Entre O Público e o Privado e o Sistema Nacional de Educação; Equacionamentos no Financiamento para a Educação Básica e o Sistema Nacional de Educação; O Direito Educacional e o Direito à Educação; Atuação do Tribunal de Justiça com Relação ao Direito de Crianças e Adolescentes à Educação; Exigibilidade Judicial do Direito à Educação; Decisões Educacionais do Tribunal de Justiça; Apontamentos da Pesquisa; Mestrado Acadêmico e o Mestrado Profissional; Avaliação da Qualidade dos Cursos; Gestão Da Inadimplência Educacional; Direito à Educação e Jubilamento de Discentes.

## OBJETIVO GERAL

- Possibilita um maior aprofundamento sobre o sistema e plano nacional de educação no Brasil.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Apresentar e articular sobre as conexões entre o público e privado relacionado ao sistema nacional de educação; • Diferenciar direito educacional de direito a educação e posicionar-se sobre a questão; • Conhecer e estudar sobre as principais decisões educacionais no âmbito do Tribunal de Justiça.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: NOTAS SOBRE CONCEITUAÇÃO, RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO E FINANCIAMENTO DESAFIOS (AINDA) POSTOS PELA CONAE E PELO PNE PARA UMA DEFINIÇÃO ACERCA DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONEXÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EQUACIONAMENTOS NO FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO "NADA DEVE PARECER NATURAL, NADA DEVE PARECER IMPOSSÍVEL DE MUDAR" (B. BRECHT) O DIREITO EDUCACIONAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO COM RELAÇÃO AO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À EDUCAÇÃO\* EXIGIBILIDADE JUDICIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO DECISÕES EDUCACIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO APONTAMENTOS DA PESQUISA QUAL É A DIFERENÇA ENTRE O MESTRADO ACADÊMICO E O MESTRADO PROFISSIONAL? SÃO BASICAMENTE TRÊS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO MESTRADO ACADÊMICO: A REGULAMENTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL PRETENDE ATENDER ÀS SEGUINTESS NECESSIDADES: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS: PRESCRIÇÃO DAS MENSALIDADES GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA EDUCACIONAL DIREITO À EDUCAÇÃO E JUBILAMENTO DE DISCENTES JOÃO MORENO POMAR JUBILAMENTO

## REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, G. C. de. Constituição, federação e propostas para o novo Plano Nacional de Educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul./set. 2010. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013. \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Coordenação de Publicações. LDB & Lei do Fundef. Brasília, 2001. \_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília: 2010. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013. CAPES. Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2013. FERNANDES, M. D. E; BRITO, S. H. A. de; PERONI, V. M. V. Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Versão Online. ISSN 2176-6681. Rev. Bras. Estud. Pedagog. vol. 93 no. 235 Brasília set./dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400002>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/2112/1857>. Acesso em: 15 jul. 2013. HAMZE, A. O Direito Educacional e o Direito à Educação. Revista Brasil Escola e disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2013. POMAR, J. M. Direito à educação e jubramento de discentes. Disponível em: . Acesso em: 29 jul. 2013. SILVEIRA, A. D. Atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo com relação ao direito de crianças e adolescentes à educação. Revista Brasileira De Educação. Versão Impressa. ISSN 1413-2478. Rev. Bras. Educ. Vol. 17 No. 50 Rio De Janeiro Maio/Ago. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-2478201200020006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a06.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. 4. ed, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. MORAES, R. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001. SANFELICE, J. L. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005. VIEIRA, E. Os direitos e a política social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. WOOD, E. M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

## PERIÓDICOS

BARRETO, E. S. de S. O ensino fundamental na política nacional de Educação: alguns aportes. Em Aberto, Brasília, v. 7, n. 38, p. 12-21, abr./jun. 1988. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013. BRASIL. Conferência Nacional de Educação (Conae). Documento final. Brasília, 2010. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013. PERONI, V. M. V. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. Revista SIMPE-RS, Porto Alegre, p. 11-33, 2007. SAVIANI, D. Sistema de educação: subsídios para a conferência nacional de educação. Brasília: 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2013.

436

Direitos e Garantias da Pessoa Idosa

45

## APRESENTAÇÃO

Discutir os direitos do idoso, bem como órgãos e instituições que defendam seus interesses, através do estudo sistemático de toda legislação, seja através do estatuto do idoso e de outras leis de âmbito estadual e municipal.

## OBJETIVO GERAL

- Promover uma análise teórico metodológica a respeito dos fundamentos que regularizam os direitos do idoso e sua função na sociedade.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender os direitos do idoso a partir da Constituição Brasileira;
- Analisar os desafios enfrentados pelos idosos na sociedade contemporânea;
- Entender a importância do estatuto do idoso em prol dos princípios de igualdade material.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

# ENVELHECER NÃO É UM PROBLEMA SITUAÇÃO DA PESSOA IDOSA NO BRASIL DIREITO DO IDOSO LONGEVIDADE: NOVOS DESAFIOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO NA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL ESTATUTO DO IDOSO - AMPLIANDO OS DIREITOS DA TERCEIRA IDADE

## REFERÊNCIA BÁSICA

BOAS, Marco Antonio Vilas. Estatuto do idoso comentado. São Paulo: Forense, 2007. BERQUÓ, E. Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social/ Secretaria de Assistência Social, 1994. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FREIRE, A. R. F. Art. 46. In: PINHEIRO, N. M. (Coord.) Estatuto do Idoso Comentado. Campinas: LZN, 2006. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009. NERI, A.L. Qualidade de vida na idade madura. Campinas: Papyrus, 1993. PINHEIRO, Naide Maria (coord). Estatuto do Idoso Comentado. Editora Servanda, 2008. RAMAYANA, Marcos. Estatuto do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Ed. Roma Victor, 2004.

## PERIÓDICOS

NERI. AL. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso In: A Terceira Idade, v. 16, p. 7-24, 2005.

515	Educação e Direito: Considerações e Análises Conceituais e Jurídicas	45
-----	--	----

## APRESENTAÇÃO

A Educação à luz do Direito; Educação e direito; Acepções da Educação; O educador e o jurista. Direito e Direito Educacional; Fontes formais do Direito; Lei; Costumes; Jurisprudência; Doutrina; Princípios do direito; Direito público subjetivo à educação; Direito à educação; Instrumentos de tutela à educação.

## OBJETIVO GERAL

- Descrever e discutir sobre a importância do direito educacional para a educação brasileira.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Examinar os princípios sob a perspectiva constitucional como um dos direitos sociais da cidadania;
- Acompanhar a evolução dos conceitos de princípios e regras do direito educacional;
- Analisar os princípios constitucionais e seu vínculo com à educação.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A EDUCAÇÃO À LUZ DO DIREITO EDUCAÇÃO E DIREITO ACEPÇÕES DA EDUCAÇÃO BREVE ANÁLISE HISTÓRICO-CONCEITUAL O EDUCADOR E O JURISTA DIREITO E DIREITO EDUCACIONAL NOÇÕES E CONCEPÇÕES CONCEITUAÇÃO DE DIREITO EDUCACIONAL FONTES DE DIREITO E DO DIREITO EDUCACIONAL FONTES FORMAIS DO DIREITO LEI COSTUMES JURISPRUDÊNCIA DOCTRINA PRINCÍPIOS DO DIREITO DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO À EDUCAÇÃO DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO DIREITO À EDUCAÇÃO INSTRUMENTOS DE TUTELA À EDUCAÇÃO

## REFERÊNCIA BÁSICA

IHERING, Rudolf von. A finalidade do direito. Trad. José Antônio Faria Correa. Rio de Janeiro: Rio, 1979. \_\_\_\_\_. A luta pelo direito. Rio de Janeiro: Rio, 1978. JACQUES, Paulino. Curso de introdução à ciência do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1967. TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.

Educação não é privilégio. 6. ed. comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998. UNICAMP, Biblioteca Central da UNICAMP. Disponível em: site [www.unicamp.br/bc](http://www.unicamp.br/bc). Acesso em: 24 jul. 2013.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABREU, Sergio. Os descaminhos da tolerância (o afro-brasileiro e o princípio da igualdade e da isonomia no direito constitucional). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. ALVES, João Roberto Moreira. Jurisprudência educacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1999. \_\_\_\_\_. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1999. BARROSO, Luiz Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A educação brasileira e o direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997. \_\_\_\_\_. Direito educacional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1999. BONAVIDES, Paulo. A Constituição aberta. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 11. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999. \_\_\_\_\_. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1996. MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. PERELMAN, Chaim. Ética e direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997. TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. \_\_\_\_\_. Educação não é privilégio. 6. ed. comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

## PERIÓDICOS

FERRAZ, Esther de Figueiredo. A importância do direito educacional. Mensagem, Revista do Conselho de Educação do Ceará, Fortaleza, n. 8, 1982-1983. MACCALOZ, Salette Maria. Justiça rápida. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 maio 2000. MELO FILHO, Álvaro. Direito educacional: aspectos teóricos e práticos. Mensagem, Revista do Conselho de Educação UNICAMP, Biblioteca Central da UNICAMP. Disponível em: site [www.unicamp.br/bc](http://www.unicamp.br/bc). Acesso em: 24 jul. 2013. VILANOVA, Lourival. O direito educacional como possível ramo da ciência jurídica. Mensagem, Revista do Conselho de Educação do Ceará, Fortaleza, 1982-83. SILVA, Pedro Sancho da. Sistematização do direito educacional. Revista do Direito Educacional, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, n. 46, 1977.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60
----	------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

## OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

## REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

## PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4719

Direito Constitucional e Legislação Social

45

## APRESENTAÇÃO

Normas que regulamentam as relações sociais. Conceito básico de direito. O direito e a moral. Norma jurídica. Características das normas jurídicas. Sujeitos da relação jurídica. Estrutura das normas jurídicas de conduta. Classificação das normas jurídicas. Quanto à natureza. Divisão da norma jurídica. Hierarquia das normas jurídicas. Direito positivo.

## OBJETIVO GERAL

Reconhecer o Direito Constitucional e Legislação Social.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Descrever os Sujeitos da relação jurídica;
- Argumentar as Estrutura das normas jurídicas de conduta;
- Diferenciar as Classificação das normas jurídicas.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES REGRAS CONSTITUCIONAIS O PODER CONSTITUINTE EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS TEORIA GERAL DO DIREITO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS FORMAS DE GOVERNO OS SISTEMAS DE GOVERNO REGIMES POLÍTICOS DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS PRINCÍPIOS OS TRÊS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES A SEPARAÇÃO DOS PODERES PROCESSO LEGISLATIVO HIERARQUIA DAS LEIS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA A TRIBUTAÇÃO E O ORÇAMENTO ESPÉCIES DE TRIBUTOS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS ATIVIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA, A DEFESA E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO ESTADO POLÍTICA URBANA A DEFESA DO ESTADO AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS SEGURANÇA PÚBLICA ELEMENTOS BÁSICOS QUE CONSTITUEM A SEGURIDADE SOCIAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE COMUNICAÇÃO SOCIAL FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, ÍNDIOS E IDOSOS

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009. BASTOS, Aurélio Wander. Conflitos Sociais e Limites do Poder Judiciário. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Juspodivm, 2009.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina.

FACHIN, Zulmar. Curso de Direito Constitucional. Forense, Rio de Janeiro, 2013. LOCHE, Adriana; FERREIRA, Helder; SOUZA, Luis; IZUMINO, Wânia. Estudos de Sociologia, Direito e Sociedade, Porto Alegre, 1999.

## **PERIÓDICOS**

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. A Segurança Pública na Constituição, Revista de Informação Legislativa, n. 109, Brasília, Rio de Janeiro, 1991

620

**Direito de Família: Avanços e Retrocessos**

45

## **APRESENTAÇÃO**

O conceito de família e do direito de família; O conceito de família no direito antigo, no direito intermédio, no direito moderno e contemporâneo, no direito brasileiro; A família homoafetiva; O direito de família e os princípios

constitucionais na perspectiva jurídica da atualidade; Os princípios constitucionais do direito de família; O princípio do respeito à dignidade da pessoa humana; O princípio da ratio do matrimônio ou da união estável; O princípio da igualdade jurídica de todos os filhos; o princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros; O princípio da consagração do poder familiar; O princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar; O princípio da liberdade de constituir uma comunhão de vida familiar; O princípio da solidariedade familiar (Art. 3º, I, CF/88); O princípio do melhor interesse da criança; O princípio da função social da família; O direito de família no novo código civil; Principais alterações do novo Código Civil no direito de família; Características peculiares.

## **OBJETIVO GERAL**

Saber a importância do conceito de família e do direito de família.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Conhecer o conceito de família no direito antigo, no direito intermédio, no direito moderno e contemporâneo, no direito brasileiro; Diferenciar os princípios constitucionais do direito de família; Descrever as principais alterações do novo Código Civil no direito de família;

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

O CONCEITO DE FAMÍLIA E DO DIREITO DE FAMÍLIA O CONCEITO DE FAMÍLIA NO DIREITO ANTIGO NO DIREITO INTERMÉDIO NO DIREITO MODERNO E CONTEMPORÂNEO NO DIREITO BRASILEIRO A FAMÍLIA HOMOAFETIVA O DIREITO DE FAMÍLIA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA PERSPECTIVA JURÍDICA DA ATUALIDADE O DIREITO DE FAMÍLIA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA O PRINCÍPIO DO RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA O PRINCÍPIO DA RATIO DO MATRIMÔNIO OU DA UNIÃO ESTÁVEL O PRINCÍPIO DA IGUALDADE JURÍDICA DE TODOS OS FILHOS O PRINCÍPIO DA IGUALDADE JURÍDICA DOS CÔNJUGES E DOS COMPANHEIROS; O PRINCÍPIO DA CONSAGRAÇÃO DO PODER FAMILIAR O PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL E DO PLANEJAMENTO FAMILIAR O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE CONSTITUIR UMA COMUNHÃO DE VIDA FAMILIAR O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR (ART. 3º, INC. I, CF/88) O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA O DIREITO DE FAMÍLIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA CARACTERÍSTICAS PECULIARES

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

AZEVEDO, B. M. V. de. O amor como fundamento legitimador do Direito. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jan. 2007. BARROS, S. R. O Direito ao afeto. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jun. 2002. CARDIN, Valéria Silva Galdino. Do planejamento familiar, da paternidade responsável e das políticas públicas. IBDFAM, Belo Horizonte.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

CASTRO, A. M. O. de. A família, a sociedade e o direito. In: ELESBÃO, E. C. (Coord.). Pessoa, gênero e família: Uma visão integrada do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. DIAS, Maria Berenice. Família, ética e afeto. Brasília: Consulex, 15 abr. 2004, n. 174. FACHIN apud CUNHA, M. E. de O. O afeto face ao princípio da dignidade da pessoa humana e seus efeitos jurídicos no Direito de Família. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, jan. 2009. GOMES, O. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das sucessões: inventário e partilha. Editora Del Rey, 2011. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coord.) Direito de Família e das sucessões. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

## **PERIÓDICOS**

FUGIE, E. H. A união homossexual e a Constituição Federal. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, out./dez. 2002. n. 15., p. 133

## **APRESENTAÇÃO**

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

## **OBJETIVO GERAL**

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

## **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## **PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## **SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

O curso destina-se aos profissionais Advogados, da Educação, Servidores Públicos das mais diversas áreas, Policiais Cíveis, Militares, Rodoviários, Diretores ou a profissionais graduados nas mais diversas áreas, que atuam em ONGs, que tenham interesse em aprimorar-se ou especializar-se na área dos Direitos Humanos.